



FEDERAÇÃO
DISTRITAL
DO PORTO

RENOVAR A CONFIANÇA

POR UM NORTE
MAIS FORTE

MOÇÃO DE
ORIENTAÇÃO
POLÍTICA

Índice

1. Renovar a Confiança Por um Norte mais forte.....	3
2. Por um novo modelo de governança.....	6
3. Por uma agenda renovada de direitos.....	9
4. Por uma década de prosperidade.....	15
5. Valorização da militância.....	20
6. Mobilização da sociedade.....	22
7. O Porto e o Norte nas eleições europeias.....	24
8. O Porto e o Norte nas eleições legislativas.....	26

1. Renovar a Confiança | Por um Norte mais forte

Nos últimos dois anos, a Federação Distrital do Porto do Partido Socialista teve voz ativa na defesa do distrito e da região. Estivemos presentes no debate sobre as políticas públicas seguidas pelo governo e defendemos o distrito do Porto, a região Norte e os legítimos interesses das suas populações.

Apoiámos de forma inequívoca a **solução governativa** promovida pelo Partido Socialista, ancorada na Assembleia da República, em conjunto com o Bloco de Esquerda, o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista «Os Verdes», por forma a percorrer o caminho que era necessário e se provou ser possível: reforçar direitos, devolver rendimentos, colocar a economia numa trajetória de crescimento. Em pouco mais de dois anos, prosseguindo e executando um programa de mudança, distante dos propósitos e das opções da doutrina neoliberal que arrastou Portugal para uma crise sem precedentes na história da democracia, fizemos **História**. E fizemo-lo respeitando os compromissos internacionais mais relevantes, designadamente os limites de défice público, assim promovendo a emergência, a partir do Sul da Europa, de um exemplo de governação bem-sucedido, em evidente antagonismo com as convicções mais profundas de parte significativa do *status quo* europeu.

Orgulhamo-nos do caminho percorrido até este momento, com uma ação pontuada por momentos de disrupção face às tentações centralistas que timbraram a conduta do governo de direita entre 2011 e 2015.

Hoje, com o défice de 1,2%, o crescimento de 2,7% e a taxa de desemprego de 8,1% registados no final de 2017, Portugal encontra-se numa **rota de desenvolvimento sustentável**, após uma grave e duradoura crise internacional que, em larga escala, foi amplificada pela natureza das respostas que se lhe seguiram, a diversos níveis, e por uma moeda única cuja configuração não protege as

economias mais frágeis. É, pois, o momento para fazer face aos **atrasos estruturais** que nos posicionam ciclicamente numa situação de vulnerabilidade.

Orgulhamo-nos do caminho percorrido até este momento, com uma ação pontuada por momentos de disrupção face às tentações centralistas que timbraram a conduta do governo de direita entre 2011 e 2015, desse modo

devolvendo à política uma nova centralidade e um marco adicional de confiança. Sendo certo que o caminho a percorrer é ainda longo, foram já muitos os **sinais de justiça** perante o distrito do Porto e a região Norte. Foi assim com a reversão da privatização da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP) e entrega da gestão da empresa aos municípios, foi assim com a reativação do sistema multimunicipal de abastecimento de água em alta da empresa «Águas do Douro e Paiva», foi assim com o estabelecimento na Fundação de Serralves do acervo artístico adquirido pelo Estado da autoria do pintor espanhol Joan Miró, foi assim com a expansão anunciada da rede da Metro do Porto ou com o anúncio da construção da variante à Estrada Nacional 14 (EN14) e da modernização do portinho de Angeiras, entre tantos outros exemplos. E assim terá de ser com a reforma da descentralização, a realocação da sede da Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde (INFARMED) ou a concretização de vastos investimentos que urge acelerar.

Em 2017, enfrentámos o mais relevante dos desafios: as **eleições autárquicas**. O resultado desse escrutínio eleitoral foi, em si mesmo, um momento de aferição dos objetivos estabelecidos no último congresso. Comprometemo-nos a recuperar para o Partido Socialista a liderança da Área Metropolitana do Porto e a vencer o maior número de municípios na sub-região do Tâmega e Sousa, conquistando a liderança na respetiva comunidade intermunicipal. Com o contributo e a ação insubstituíveis dos nossos candidatos e das nossas estruturas locais, honrámos esse objetivo, alcançando um resultado apenas comparável com o número de municípios conquistado no final da década de 80.

Os próximos dois anos ficarão igualmente marcados pela realização de momentos eleitorais da maior importância para os portugueses, onde a voz da Federação Distrital do Porto terá de ser ouvida e justamente considerada. Nas **eleições legislativas**, definir-se-ão novos horizontes governativos para o quadriénio 2019-2023, onde a materialização de uma renovada agenda de desenvolvimento e de justiça social ocupará uma posição de inequívoco destaque. Por sua vez, as **eleições europeias**, ocorrendo no mesmo ano, deverão aprofundar a vocação europeísta dos socialistas do Norte, esperando-se uma participação galvanizadora do partido e da sociedade no necessário debate que versa os múltiplos desafios europeus.

Não obstante reconhecermos a importância destes dois escrutínios, a atuação da Federação Distrital do Porto não se esgotará nesses momentos. Desde logo, assumiremos um papel central na discussão de **um novo modelo de governança** para o país. Sem abdicar da instituição das regiões administrativas, empenharmo-nos no aprofundamento dos mecanismos e processos descentralizadores do Estado e da valorização de um Poder Local autónomo e robustecido nas suas competências. De igual modo, pugnaremos por uma **agenda renovada de direitos** para todos, alicerçada numa defesa plena e inequívoca do Estado Social, capaz de proporcionar a todos os cidadãos uma vida digna e de qualidade, independentemente do seu ponto de partida e, muito particularmente, da sua condição económica e social. Não será esquecida, por sua vez, a idealização e concretização de políticas públicas que nos conduzam a uma **década de prosperidade**, valorizando o quadro de ação Portugal 2030 e os investimentos e preocupações mais prementes, designadamente no que concerne a infraestruturas, onde muitas das reivindicações do distrito terão de ser atendidas nas opções estratégicas que o país vier a tomar, em respeito pelos paradigmas de sustentabilidade e proteção dos valores ambientais.

A partir do Porto, responderemos com uma política intransigente de verdade e um compromisso que, afirmado pelo secretário-geral, seguiremos fielmente a Norte: connosco, palavra dada é palavra honrada.

Valorizar a militância e mobilizar a sociedade serão dois focos permanentes na vida da nossa estrutura. Acompanhar a renovação geracional, organizacional, comunicacional e de interação com as forças vivas da sociedade é algo que nos propomos fazer com redobrada intensidade, no sentido mais profundo de qualificação da esfera partidária e, por essa via, da própria democracia.

Nos próximos dois anos, teremos pela frente uma realidade política distante da que encontrámos até há poucas semanas, como consequência da eleição de um novo líder do PSD. O alegado posicionamento deste partido no centro ideológico não representa, porém, mais do que uma falácia, procurando a nova liderança, apressada e desajeitadamente, rejeitar de forma envergonhada um **passado de austeridade** que em nada é consentâneo com os valores da social-democracia. Não tememos o confronto com este PSD, que permanece inspirado pela cartilha de uma economia de mercado desregulada e agravadora das desigualdades. A

partir do Porto, responderemos com uma política intransigente de verdade e um compromisso que, afirmado pelo secretário-geral, seguiremos fielmente a Norte: conosco, palavra dada é palavra honrada.

Há um distrito e uma região que ambicionam ter mais voz e que poderão continuar a encontrar na Federação Distrital do Porto um veículo de auscultação e diálogo, mas, fundamentalmente, um espaço de transformação. Esse é o desafio que nos une e que a todos nos convoca, esse é o nosso compromisso perspetivado num amplo sentido: renovar a confiança, por um Norte mais forte.

2. Por um novo modelo de governança

Portugal está, ainda hoje, fortemente marcado pelas assimetrias regionais e desigualdades entre territórios que urge corrigir, vencendo velhas e gastas dicotomias, que tendem a opor territórios urbanos e rurais ou territórios litorais e interiores. Reconhecendo a necessidade de discriminar positivamente os territórios de baixa densidade, assim como de olhar com especial atenção para os meios rurais, a Federação Distrital do Porto concebe um desenvolvimento integrado e harmonioso de todas as regiões, sem preconceitos de natureza geográfica.

A concentração desigual e desproporcional de recursos e serviços do Estado, consequência de um pendor fortemente centralista na concretização das políticas públicas, exige um combate sem tréguas.

O distrito do Porto compreende realidades territoriais muito diferentes entre si, mas essa heterogeneidade constitui a sua maior riqueza. Trata-se de um território em que os municípios se complementam, mas não negligenciamos os **contrastes e as desigualdades** existentes, especialmente na divisão entre a Área Metropolitana do Porto e o Tâmega e Sousa. A **Área Metropolitana do Porto** apresenta maior desenvolvimento e mais população. Pela

sua dimensão, pelas suas infraestruturas e vocação de conectividade europeia, assume-se como um polo de desenvolvimento fundamental do país. Este facto é reforçado pelo número significativo de empresas que aí se fixam, em grande medida com caráter exportador e de presença assinalável em mercados concorrenciais, em Portugal, na Europa e no mundo. O **Tâmega e Sousa**, que apresenta um índice de rendimento *per capita*

inferior, representa uma excecional oportunidade de desenvolvimento. As indústrias do calçado, têxtil, de mobiliário e de madeira conhecem uma expressão assinalável nesta região, podendo competir em qualidade nos mercados internacionais. Por outro lado, o seu posicionamento geográfico oferece-lhe condições para se estabelecer como plataforma económica de excelência no centro de toda a região Norte. O património natural e cultural, onde se destaca a Rota do Românico, assim como os seus recursos endógenos, permitem a definição de estratégias que reforçam a identidade e as oportunidades de desenvolvimento local.

A concentração desigual e desproporcional de recursos e serviços do Estado, consequência de um pendor fortemente centralista na concretização das políticas públicas, exige um combate sem tréguas. Portugal, pese embora a sua dimensão territorial, não conseguiu ultrapassar a postura centralista nos processos decisórios que releva a necessidade de **existência de organismos intermédios do Estado** promotores de uma eficiente distribuição dos recursos e das ferramentas de desenvolvimento. A inexistência de um modelo coerente de organização territorial foi um catalisador decisivo para o desenvolvimento assimétrico entre regiões, particularmente prejudicial em relação à região Norte.

Este ciclo vicioso de desinvestimento territorial, com a perda progressiva de serviços do Estado, tem conduzido a um êxodo de população para as regiões que proporcionam mais oportunidades. Para a Federação Distrital do Porto, o desenvolvimento regional deve promover uma maior coesão, fundada num ideal de ordenamento do território que combata a **vertigem centralista do Estado**. A instituição de regiões administrativas é, pois, o único caminho capaz de inverter solidamente o agravamento das desigualdades. Não concebemos a regionalização como um mero regime de concorrência entre regiões. Antes, acreditamos nas virtudes de uma política de proximidade que, com base num melhor conhecimento do território, mais envolvimento e participação, mais transparência e escrutínio, seja capaz de reforçar a qualidade e a confiança nas instituições democráticas e otimizar a gestão dos recursos públicos. Somos defensores de um modelo territorial assente em cinco regiões, correspondentes às áreas de intervenção das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). A este respeito, reconhecemos as potencialidades do reforço da democratização das CCDR através do estabelecimento de um modelo de legitimação regional da sua liderança. A importância que estas entidades assumem pelas atribuições e competências que apresentam em áreas essenciais, como a gestão de programas comunitários,

exige uma **maior legitimação política** nos processos de decisão, envolvendo designadamente os agentes políticos locais.

Não obstante assumirmos uma posição de inequívoca defesa da regionalização, consideramos que o processo de descentralização de competências em debate público e discussão na Assembleia da República em nada é contraditório com esse horizonte de médio prazo.

É urgente uma maior gestão de proximidade das políticas públicas nos domínios da educação, da saúde, da ação social, da habitação, da cultura ou dos transportes. Os projetos autárquicos necessitam de encontrar **novos modelos de organização** e de unidade política intermunicipal, fazendo evoluir o paradigma de competição entre concelhos para um regime de cooperação mais vigoroso. Neste contexto, as comunidades intermunicipais são um instrumento de reforço da cooperação

intermunicipal e de ligação com o governo que não negligenciamos nesta equação. No caso particular do distrito do Porto, a existência de um espaço metropolitano forte e com dinâmicas próprias exige um olhar mais profundo no que aos mecanismos de intervenção política diz respeito. É, pois, necessário idealizar um modelo capaz de responder aos desafios da gestão dos transportes, da promoção económica e turística e de múltiplos outros domínios, pelo que reafirmamos a defesa e urgência de um **modelo de eleição direta** para a liderança da Área Metropolitana do Porto.

Não obstante assumirmos uma posição de inequívoca defesa da regionalização, consideramos que o processo de **descentralização de competências** em debate público e discussão na Assembleia da República em nada é contraditório com esse horizonte de médio prazo. É possível e desejável que a descentralização, como pedra angular de uma verdadeira **reforma do Estado**, seja uma realidade material no imediato, convocando os municípios e as juntas de freguesia para novas responsabilidades e salvaguardando-se o financiamento necessário e inerente a essa intervenção acrescida. Queremos municípios mais fortes e com maior capacidade de ação ao nível da gestão dos serviços públicos de carácter universal, pelo que trabalharemos por um avanço significativo na efetiva descentralização de competências e de recursos financeiros e humanos para o Poder Local. Ninguém compreenderia que o nosso justo e reiterado discurso contra o centralismo ficasse desligado de um efetivo empenho nesta reforma.

A Federação Distrital do Porto valoriza ainda as freguesias e o seu papel imprescindível de proximidade e intervenção local. A este propósito, somos defensores de uma revisão da **reorganização territorial das freguesias**, na sequência das alterações arbitrárias promovidas e impostas sem qualquer racional pelo governo do PSD e do CDS. Defendemos, nesse âmbito, que as Assembleias Municipais possam desencadear os respetivos processos de reorganização, não necessariamente numa lógica de reversão, mas estudando, com a profundidade e o rigor devidos, o **modelo de divisão geográfica** que melhor corresponde aos interesses das populações. Urge corrigir os erros mais grosseiros que resultaram da intervenção da direita, perspetivando as freguesias como potenciais recetoras de novas competências, diferenciadas em função das especificidades e da natureza que apresentam.

3. Por uma agenda renovada de direitos

A Federação Distrital do Porto acredita num Estado ao qual não compete apenas o conjunto mínimo de funções de soberania a si associadas, mas que, na linha dos modelos de Estado-providência, seja capaz de proporcionar uma vida digna a todos os cidadãos, tratando-os de forma justa e adequada às suas necessidades. A evolução da sociedade tem confrontado a humanidade com novos desafios, problemáticas e questões, que importa acompanhar com atenção, na justa medida em que muitos desses temas estão na origem de fenómenos políticos da maior relevância e atualidade. É imperioso que saibamos, em especial neste momento, construir e reforçar **uma nova agenda de direitos** ao qual o Estado Social deve responder no século XXI. Esta agenda deve ter como propósito fundamental o reforço das liberdades individuais, sem prejuízo das prioridades comunitárias, respondendo aos anseios dos cidadãos nas mais diversas áreas. Para o Partido Socialista, a Liberdade é um valor que extravasa os domínios da expressão pública da opinião ou organização em sociedade.

É imperioso que saibamos, em especial neste momento, construir e reforçar uma nova agenda de direitos ao qual o Estado Social deve responder no século XXI.

Quando o Partido Socialista se apresentou às últimas eleições legislativas com um programa de mudança para o país, que ambicionava virar a página da austeridade, o **emprego** foi eleito como a sua principal preocupação. Durante quatro anos de

governança de direita, assistimos à maior vaga de emigração desde a década de 60 do século XX, tendo-se também atingido níveis históricos de desemprego, com particular incidência no desemprego jovem. O trabalho desempenha, obviamente, um papel fundamental no desenvolvimento de qualquer comunidade. Para além de um **direito**, é o trabalho que permite a produção de bens e a prestação de serviços, que assegura a subsistência das famílias, que permite a fixação de população e a sua mobilidade social e que garante a elevação da qualidade de vida. O desemprego durante os anos de crise, associado à pressão negativa nos valores salariais e à precarização dos vínculos laborais, teve um impacto avassalador no nosso país, não apenas *per si*, mas também pela instabilidade que gerou na vida de tantos agregados familiares, nos entraves que apresentou à emancipação e à natalidade, bem como no resultado depressivo sobre a economia que a perda de poder de compra e, conseqüentemente, a quebra no consumo privado suscitaram. Felizmente, a governança do Partido Socialista iniciou um caminho de **combate ao desemprego**, encerrando-se o ano de 2017 com uma taxa de desemprego de 8,1% e com um aumento contínuo da população ativa empregada. Com efeito, desde que o governo iniciou funções, registam-se dados animadores: foram criados 288200 empregos líquidos, há menos 222000 desempregados, a taxa de desemprego é a mais baixa desde 2004 e a taxa de desemprego jovem a mais baixa desde 2008.

Contudo, é necessário aprofundar os desenvolvimentos nesta matéria, apostando no reforço da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), para que o seu trabalho de fiscalização se faça sentir no mercado de trabalho. É também importante continuar o esforço desenvolvido na concertação social para a **melhoria das condições de trabalho e remuneratórias**, sem esquecer a necessidade de rever o Código do Trabalho, apertando o combate às formas precárias de contratação. Por fim, a Federação Distrital do Porto considera ainda vital relançar a contratação coletiva como mecanismo primordial de defesa dos direitos dos trabalhadores e como instrumento de negociação e orgulha-se do processo de regularização de vínculos precários na administração pública, nas esferas central e local. A **precariedade** tem de ser combatida de forma incessante.

Numa perspetiva mais ampla, é necessário repensar os apoios públicos aos estágios profissionais e as medidas de apoio à contratação, impedindo que sejam desvirtuadas dos seus propósitos originais, bem como reanalisar a necessidade de fomentar um mercado para empresas de trabalho temporário. Não esquecemos, também, o debate que urge fazer sobre os **equilíbrios remuneratórios** dentro das

empresas públicas e privadas, discutindo os limites relativos das tabelas salariais e permitindo uma distribuição mais justa dos rendimentos, assim valorizando decisivamente o **fator trabalho**. Dentro dos novos desafios laborais, não esqueçamos a necessidade de discutir a automatização da economia e as novas formas de financiamento da Segurança Social, o trabalho à distância e teletrabalho, a redução progressiva do horário laboral ou inovadoras formas de flexibilidade laboral, garantindo um exercício profissional que valorize a independência e a conjugação da vida pessoal e familiar, afastando de modo definitivo o modelo de uma economia assente em baixos salários.

A habitação assume-se, tal como o trabalho, como um pilar fundamental para a garantia de uma vida digna. Em Portugal, no contexto da União Europeia, o problema da habitação assenta em três verificações fundamentais: somos um dos países com maior percentagem de habitação própria, com um dos maiores níveis de despesa com habitação em função do rendimento do agregado familiar e, simultaneamente, um dos países com rendas mais caras no mercado imobiliário. Se é verdade que existe um hábito cultural de aquisição de habitação própria, também é verdade que o mercado de arrendamento não oferece alternativas sólidas e que as **políticas públicas de habitação**, apenas assentes na disponibilização de habitações para as camadas mais frágeis da população, são escassas para suprir as necessidades atuais.

Para a Federação Distrital do Porto, o **direito à habitação**, constitucionalmente garantido, está longe de merecer a atenção que seria desejável, saudando-se, todavia, as recentes iniciativas do governo nesta matéria. A pressão sobre o setor imobiliário, em particular devido à inflação de preços causada pela expansão do fenómeno do alojamento local, é apenas mais uma variável num problema há muito verificado. Urge, por esse motivo, lançar um novo conjunto de políticas públicas, com a construção de habitações a custos controlados, capaz de suprimir a escassez de oferta de habitação acessível e, em simultâneo, assegurar uma pressão negativa nos custos do mercado de arrendamento. Por outro lado, os incentivos municipais à recuperação de imobiliário para habitação própria ou à aquisição de terrenos municipais para construção, bem como a simplificação de processos administrativos e a isenção de taxas, podem constituir-se como formas de facilitação de acesso a este **direito fundamental**.

Os dois temas abordados anteriormente constituem eixos fundamentais de uma das principais preocupações a que esta nova agenda de direitos deve atender, a problemática da **emancipação jovem**. A precariedade laboral e os baixos salários,

assim como a dificuldade no acesso à habitação, são os principais entraves que os jovens portugueses enfrentam no estabelecimento de percursos de vida próprios e na autonomização em relação ao agregado familiar. Os jovens portugueses, já no período pré-crise financeira, apresentavam, no contexto da União Europeia, um dos maiores tempos médios de entrada no mercado de trabalho após a conclusão da sua formação e uma idade média de autonomização mais avançada. Entendemos que é necessário desenvolver novas políticas de apoio à emancipação, em domínios que extravasem o emprego e a habitação, mas promovendo um conjunto efetivo de incentivos. Desde o reforço do abono de família ao fortalecimento das políticas de transporte público, passando pelo incentivo público ao custeamento da formação, a Federação Distrital do Porto assume o compromisso de repensar a emancipação jovem de forma holística, não apenas promovendo as condições para a sua subsistência, mas também para o seu desenvolvimento integral.

A garantia de que o Estado é capaz de assegurar **cuidados de saúde** de qualidade e a todos os cidadãos, independentemente das condições económicas, integra o património de ação política do Partido Socialista. O sucesso do Serviço Nacional de Saúde (SNS) é, aliás, uma das marcas fundamentais da construção do nosso regime democrático. Ainda assim, como qualquer sistema, necessita de se adaptar aos novos tempos. Consideramos fundamental o reforço do investimento no SNS, como tem vindo a ser feito desde 2015, procurando recuperá-lo da degradação que lhe foi infligida pelos cortes do passado recente e compreendendo que a saúde não deve ter hoje como enfoque apenas o tratamento da doença, mas fundamentalmente o designio da promoção da saúde.

Desta forma, consideramos prioritária a aposta no domínio da saúde pública e na promoção da saúde, na qual têm destaque as questões relacionadas com a alimentação e com a generalização da prática desportiva e do exercício físico, assim como campanhas de prevenção no combate aos comportamentos de risco, designadamente ao nível da toxicod dependência. É imprescindível ainda a garantia de acesso de todas as pessoas a um médico de família, um compromisso assumido pelo governo para o horizonte desta legislatura, e o combate às listas de espera para consultas e tratamentos. O SNS que ambicionamos tem de contemplar **soluções para infraestruturas** como os hospitais de Vila Nova de Gaia, de Santo Tirso ou da Póvoa de Varzim/Vila do Conde, que não podem ser adiadas. Essas soluções têm necessidade imediata e merecerão todo o empenho de concretização por parte da Federação Distrital do Porto. É também imperioso assegurar o desenvolvimento da rede de

cuidados continuados e de novas estratégias que promovam o envelhecimento ativo e saudável e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com mais idade.

A educação, motor indispensável da mobilidade social e garante de valorização do indivíduo, desempenha um papel fulcral no desenvolvimento. Nesse sentido, é imprescindível continuar a desenvolver um **sistema educativo de futuro**, que aposte na diversificação das práticas pedagógicas e que ultrapasse os modelos expositivos temporalmente datados, aproveitando as ferramentas tecnológicas disponíveis. A promoção da interdisciplinaridade apresenta virtudes que o desenvolvimento das atividades económicas nos exige a todo o momento. É importante que, a par do reforço das condições infraestruturais e dos corpos docente e não docente, se avance para um modelo de ensino mais assente na capacidade de problematizar e de associar conhecimentos diversos. As possibilidades de flexibilidade curricular e de envolvimento das comunidades educativas devem suscitar a criação de projetos educativos municipais, capazes de se relacionar com as suas necessidades e o seu contexto, sem prescindir do avanço para novas formas de apoio ao estudo no contexto escolar e da efetiva garantia de cumprimento da escolaridade mínima obrigatória de 18 anos de idade e 12 de escolaridade. Urge ainda dar continuidade à valorização dos equipamentos escolares. A título de exemplo, a escola pública que ambicionamos não é compatível com o **grau de deterioração** em que se encontram algumas das infraestruturas do distrito do Porto, como é o caso do Liceu Alexandre Herculano, entre outras.

No ensino superior, o distrito do Porto possui duas grandes instituições públicas de ensino e de produção científica, que constituem polos de inovação e formação de inequívoca relevância no aprofundamento do **tecido económico baseado no conhecimento**. A Federação Distrital do Porto defende a valorização da Universidade do Porto (UP) e do Instituto Politécnico do Porto (IPP), assim como das instituições científicas que afirmam e projetam a capacidade de inovação do Norte no mundo global. A **formação de adultos**, quer na perspetiva da certificação de competências, quer na dimensão da requalificação profissional, deve merecer um esforço conjunto dos diversos níveis de ensino, desde o ensino básico e secundário até ao ensino superior, prioridade que tem vindo a ser seguida pelo governo e que merece a nossa plena concordância. Reafirmamos a importância que a UP e o IPP assumem no quadro do desenvolvimento do distrito do Porto, da região Norte e do país e sublinhamos os notáveis contributos que instituições científicas como o Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (i3S) têm oferecido à sociedade nestes domínios. Nas novas preocupações associadas ao desenvolvimento do conhecimento,

A Federação Distrital do Porto estará atenta à evolução de uma agenda de direitos alargada e contribuirá positivamente para os debates e reflexões que dinamizem esta prioridade.

não esquecemos os **direitos digitais** como um das problemáticas do futuro. Necessitamos, não apenas de democratizar o acesso à formação no domínio digital, como de facilitar o acesso a materiais tecnológicos. Contudo, a crescente inovação tecnológica deve ser acompanhada de uma reflexão profunda nos domínios da privacidade e da igualdade de

tratamento, procurando regular a atividade do setor privado no cuidado de dados individuais, na segurança e na utilização de dados pessoais, bem como no impedimento de constituição de monopólios de serviços ou de restrições de acesso, como a recente oferta de serviços informáticos com pacotes diferenciados de acesso a aplicações parece sugerir. Não aceitamos que o acesso digital se faça de forma discriminatória em função de possibilidades socioeconómicas. Por conta das novas formas de consumo, é também relevante que se aprofunde a legislação de **proteção do consumidor**, em todas as dimensões, bem como a simplificação dos processos de disputa legal e arbitragem, evitando que os cidadãos sejam alvo de práticas comerciais agressivas. A Federação Distrital do Porto estará atenta à evolução de uma agenda de direitos alargada e contribuirá positivamente para os debates e reflexões que dinamizem esta prioridade.

Os ideais de igualdade e de justiça são indissociáveis de uma visão socialista de sociedade. Urge desenvolver uma nova agenda de **promoção da não discriminação** nos domínios do género, da orientação sexual, da origem étnica ou da condição social. Constatamos com preocupação que se acentuam, por vezes, fenómenos de xenofobia e de outros extremismos, perante os quais Portugal tem resistido, mas dos quais não se encontra imune. Nesse sentido, é importante prosseguir o caminho de aprofundamento dos direitos, liberdades e garantias no nosso país, que felizmente se tem constituído como um exemplo de progresso à escala mundial. Estas dimensões devem ainda ser compreendidas no âmbito mais alargado do relacionamento da humanidade com os ecossistemas e os restantes seres vivos do planeta, nomeadamente no que diz respeito às preocupações ambientais e ao avanço de uma agenda de salvaguarda dos **direitos dos animais**, conferindo-lhes a dignidade que merecem. Ainda na esfera de uma agenda renovada de direitos, que configure um **novo contrato social**, a Federação Distrital do Porto não descursa

a necessidade de reavaliar as políticas sociais no que concerne à integração de imigrantes e minorias étnicas e religiosas, procurando identificar e desenvolver boas práticas no distrito através de uma agenda regional para a sua integração.

Por fim, mas não menos relevante, salientamos a importância da cultura como espaço de criação e de estimulação intelectual, bem como repositório de identidade e de reinvenção de um povo. O **acesso à cultura** e os apoios à criação artística como formas de experimentação cultural e de enriquecimento são imprescindíveis a uma ideia de desenvolvimento do país que assenta na sua evolução no domínio material, mas também no domínio imaterial. No distrito do Porto, aliás, são múltiplos os exemplos de excelência neste domínio, que importa valorizar e justamente destacar. Algumas das melhores instituições culturais e alguns dos mais relevantes grupos e coletividades artísticas fixam-se justamente na região Norte, pelo que o reforço do investimento na cultura, quer através do orçamento do Estado, quer por intermédio da intervenção das autarquias, afigura-se como absolutamente decisivo para a definição de uma agenda de direitos sintonizada com prioridades de futuro. A Federação Distrital do Porto manterá um contacto próximo com os **agentes culturais** do distrito e com as suas instituições, onde se destacam a Fundação de Serralves, o Teatro Nacional São João, o Museu Nacional Soares dos Reis, o Centro Português de Fotografia, a Casa da Música ou, mais recentemente, a Casa da Arquitetura. Reconhecemos ainda a necessidade de permanente **valorização do património**, onde se destacam as edificações e percursos da Rota do Românico, assim como múltiplos exemplos de riqueza e diversidade cultural, quer na Área Metropolitana do Porto, quer no Tâmega e Sousa.

4. Por uma década de prosperidade

A liderança da discussão política em torno dos **eixos estratégicos** para o futuro do distrito do Porto e da região Norte constitui uma missão primordial da Federação Distrital do Porto. Trata-se de uma missão particularmente relevante no momento e conjuntura atuais, em que o Partido Socialista lidera o governo, lidera a maioria das autarquias, lidera a Área Metropolitana do Porto e lidera também a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

A anterior governação de direita acentuou de forma dramática uma visão centralista, promotora da desigualdade, não só entre pessoas, mas também entre regiões. Contrastamos com esta visão redutora, reconhecendo que o distrito e a região

merecem um forte **impulso de desenvolvimento**, de crescimento económico e de valorização social. Este impulso deve estender-se para além do momento presente, alicerçando-se numa visão estratégica e integrada de médio e longo prazo. A agenda Portugal 2030 constitui uma dimensão em que a Federação Distrital do Porto terá um papel interventivo de primeira linha, porquanto nesta estratégia reside um caminho nuclear de inequívoca sensibilidade para o Norte.

Advogamos uma discussão participada da agenda Portugal 2030, onde as principais reivindicações do distrito sejam atendidas e enquadradas nas prioridades fundamentais do país.

O início da legislatura ficou marcado por **mudanças encorajadoras**, corrigindo-se derivas centralistas particularmente penosas para o distrito e a região que foram herança do PSD e do CDS. Como anteriormente referido, a devolução aos municípios da empresa «Águas do Douro e Paiva» e a entrega aos municípios da gestão da STCP afiguram-se como uma negação

evidente do centralismo. No caso concreto da STCP, a perda de passageiros ao longo dos últimos anos foi brutal e confiamos que a sua gestão municipal permitirá inverter esse caminho e apostar na modernização, desde logo, do equipamento circulante, estando já assinado o contrato de aquisição de 188 veículos ecológicos.

As conquistas económicas e sociais dos últimos dois anos confirmam o sentido de justiça da estratégia seguida pelo governo do Partido Socialista. E essas conquistas são particularmente importantes no desenvolvimento da região Norte, tendo vindo a produzir resultados muito positivos na vida das pessoas e das empresas, que nos contentam e que enaltecemos, mas não nos fazem esquecer que persistem problemas que afetam o desenvolvimento coerente e harmonioso de Portugal. Por esse motivo, afirmamos e defendemos a concretização de políticas públicas que nos conduzam a uma nova **década de convergência**. Pugnaremos por um modelo de desenvolvimento assente num Estado mais forte e mais próximo, para melhor servir os cidadãos. Advogamos uma discussão participada da **agenda Portugal 2030**, onde as principais reivindicações do distrito sejam atendidas e enquadradas nas prioridades fundamentais do país. Não falharemos na missão histórica de liderar o Norte num momento de mudança, de justificada esperança e de redefinição estratégica. O Partido Socialista será uma estrutura audaz e determinada em resolver problemas, definir prioridades, estabelecer calendários, apontar soluções e prestar contas às populações, sempre numa lógica de transparência e verdade perante os cidadãos.

As autarquias e as instituições regionais devem ser mais envolvidas, o processo decisório deve ser mais participado e descentralizado e à região Norte deve ser reconhecida a devida importância no conjunto da realidade nacional.

Os **fundos comunitários** apresentam-se como um mecanismo central para a definição de políticas públicas. A aceleração da execução dos fundos do Portugal 2020 constituiu uma medida urgente e com impacto significativo nos nossos territórios. A experiência desse quadro de apoio deve conduzir-nos a uma melhor concretização da estratégia para o próximo quadro comunitário de apoio, questionando-nos, desde logo, sobre a região

queremos ser em 2030. Os erros cometidos pelo governo de direita não podem agora ser repetidos. As autarquias e as instituições regionais devem ser mais envolvidas, o processo decisório deve ser mais participado e descentralizado e à região Norte deve ser reconhecida a devida importância no conjunto da realidade nacional. Exige-se uma correta **seletividade nos investimentos**, não descuidando a modernização e implantação das empresas e, fundamentalmente, a valorização das pessoas, por forma a mitigar os problemas sociais que ainda subsistem.

Defendemos um **Norte competitivo**, capaz de se afirmar como a região de maior crescimento económico em Portugal, nomeadamente com o contributo do seu setor exportador. O desafio da competitividade não pode descuidar a problemática da demografia, da transição energética, da inclusão social e das qualificações. Aliás, um forte investimento no conhecimento, no combate ao abandono escolar, na promoção do seu sucesso e na formação de adultos constituem objetivos basilares no combate às desigualdades. Para nós, um Norte competitivo será sempre um Norte mais inclusivo.

Lutaremos por um **Norte inovador**, com a promoção de mão de obra qualificada e de investimento em ciência e tecnologia, provocando a inovação disruptiva em novos modelos de economia de alto valor acrescentado, em pleno respeito pelos direitos laborais dos trabalhadores. É fundamental reforçar a ligação das empresas às universidades e ao mundo científico, apoiando o empreendedorismo e a internacionalização. Nesse sentido, impõe-se a modernização das instituições do Estado, tornando-as mais eficientes e simplificando a sua relação com as empresas e com as pessoas, alavancando também a economia social, uma forma de

organização e de produção de serviços com um papel determinante na expansão do emprego, na igualdade de oportunidades e na promoção de bens sociais, ambientais e históricos que suportam o desenvolvimento local e regional. Para nós, um Norte inovador será sempre um Norte que coloca as pessoas no centro das suas políticas.

Concebemos um **Norte potencializador**, valorizando e explorando de forma equilibrada e sustentável o território, designadamente nos espaços geográficos com capacidade de produção de energia, potencial agrícola ou florestal ou, ainda, recursos endógenos singulares. Consideramos ser positivo o impacto do turismo, pelos efeitos que produz na requalificação urbana das cidades e na dinamização da economia, não descurando, todavia, a pressão especulativa sobre os custos da habitação, que merece o nosso olhar atento e interventivo. Acompanhamos o governo na reforma da floresta, na perspetiva económica e ambiental, com foco na prevenção de incêndios e na proteção das comunidades. Não esquecemos as potencialidades de ligação do Norte ao mercado ibérico, nomeadamente à Galiza, assim como as potencialidades que o reforço do diálogo económico e social pode catalisar em ambos os lados da fronteira. Para nós, um Norte potencializador será sempre capaz de contribuir harmoniosamente para o crescimento económico sustentável de Portugal.

A região Norte é exportadora por excelência, e nesse âmbito ganham particular relevância os investimentos e melhorias contínuas em dois **polos logísticos fundamentais**: o Aeroporto Francisco Sá Carneiro e o Porto de Leixões. A contínua modernização do aeroporto e manutenção dos seus níveis de serviço são condição essencial para o incremento das trocas comerciais da região Norte com o mundo. Por isso, a Federação Distrital do Porto estará particularmente atenta à operação da TAP, após a correção do processo de privatização imposto pelo governo da direita. A TAP, como companhia de bandeira, tem responsabilidades indispensáveis para com a região e deve concretizar essas responsabilidades atribuindo centralidade ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, não o confinando ao mero e irracional estatuto de apêndice do Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa. A operação da TAP, a partir do Porto e para o Porto, é decisiva e fundamental para o país. No domínio portuário, defendemos a prioridade do investimento na expansão do Porto de Leixões, para que possa receber porta-contentores de maior dimensão e prestar um serviço logístico de melhor qualidade.

Em conjugação com os investimentos no Aeroporto Francisco Sá Carneiro e no Porto de Leixões, é necessário reforçar a aposta nas redes de mobilidade do

distrito. Acompanhamos o governo na prioridade atribuída às **infraestruturas ferroviárias**, nomeadamente através da modernização das linhas, melhoria do equipamento circulante e reforços dos serviços urbanos e regionais. A eletrificação da Linha do Douro, a melhoria significativa da ligação entre Porto e Vigo e a possibilidade de valorizar a Linha de Leixões para circulação de passageiros, assim como o estudo da ligação do Aeroporto Francisco Sá Carneiro à rede ferroviária nacional, constituem prioridades para a Federação Distrital do Porto. Devem ser ainda criteriosamente estudadas novas possibilidades de expansão, que incluem a criação de uma ligação ferroviária com o polo industrial de Paredes e com Paços de Ferreira. Mas entende-se também que, no domínio das **infraestruturas rodoviárias**, há investimentos de média dimensão cuja concretização é fundamental: são os casos, a título de exemplo, da variante à EN14 – cuja primeira fase já foi anunciada pelo governo – da construção dos acessos à Ponte da Ermida e do Itinerário Complementar 35 (IC35), um investimento há muito desejado pelas populações.

A **expansão da rede** da Metro do Porto constitui, de igual modo, uma prioridade para a Federação Distrital do Porto. Continuaremos a acompanhar o processo de expansão cujos projetos de execução estão já em curso. O estudo sobre novas expansões deve ser prosseguido, com uma avaliação criteriosa do benefício de cada investimento e das condições concretas do seu financiamento. Acompanharemos ainda a promoção de todos os **modos suaves de mobilidade**, a pé ou de bicicleta, cujo benefício ambiental é profundamente evidente e necessário num novo quadro de mentalidades sobre a deslocação das pessoas nos territórios, para além de que promove a salvaguarda e proteção dos valores naturais através de reduzidas emissões de carbono. No espetro das questões ambientais, a economia circular merece uma consideração reforçada, quer na programação do próximo quadro comunitário de apoios, quer na definição de todas as novas estratégias de desenvolvimento que seremos convocados a debater.

Reafirmamos a importância de manter a RTP e a Lusa devidamente inseridas nas dinâmicas do distrito e da região, recusando o enfraquecimento do seu serviço a Norte. O reforço das estruturas locais e regionais destes órgãos de **comunicação social** deve constituir um mecanismo valorizador da coesão social e territorial, ligando as pessoas e aproximando as comunidades portuguesas. A RTP e a Lusa afiguram-se, assim, como serviços públicos de cujo investimento não abdicaremos em qualquer circunstância.

A Federação Distrital do Porto encara com preocupação a situação vivida nos CTT, que sempre se assumiram como uma referência de confiança e qualidade na prestação do Serviço Postal Universal. Sob gestão do Estado, os CTT apresentaram resultados positivos ininterruptamente, pelo que a sua privatização foi incompreensível, resultando, agora, numa crescente degradação dos níveis de serviço. Defendemos que o Serviço Postal Universal não pode ser uma dependência do Banco Postal e, nesse sentido, defenderemos, se necessário, a reversão do atual modelo de privatização, por forma a salvaguardar uma empresa e uma marca de referência no nosso país, que o governo do PSD e do CDS desrespeitaram de forma irresponsável.

5. Valorização da militância

A valorização da militância exige, antes de mais, o fomento de uma cultura de reflexão, discussão e tolerância que honre o Partido Socialista como o grande partido da Liberdade e da Democracia. Temos uma marca profunda, não só de respeito, como de consideração das diferenças de opinião, fundadas numa **participação livre** de todos os militantes, simpatizantes e cidadãos independentes. Como partido político, estamos atentos à evolução e, principalmente, aos desafios sociais que orbitam diariamente em nosso redor. Estamos conscientes da necessidade de uma **contínua renovação** do Partido Socialista, o que impulsionará também uma renovação da própria democracia. A renovação não pressupõe exclusivamente critérios etários, mas também um espírito de maior abertura a novos militantes e simpatizantes do Partido Socialista. Queremos que a Federação Distrital do Porto se afirme como um espaço coeso, mas plural, onde a opinião de cada um seja ouvida e considerada em todas as discussões que importa promover sobre a construção do nosso futuro coletivo.

Se é justo reconhecer que temos melhorado o nosso funcionamento enquanto organização, importa reafirmar que essa evolução tem de ser perene no tempo. A Federação Distrital do Porto continuará a encarar as novas tecnologias como mecanismos de promoção de novas formas de comunicação e participação, o que permitirá aproximar, muito particularmente, o envolvimento das novas gerações na política. Recusando quaisquer paternalismos, a Federação Distrital do Porto quer **mobilizar os jovens** para o centro da discussão, permitindo a sua integração no seio da sua estrutura, ouvindo as suas necessidades e anseios e acolhendo as suas ideias. Para este trabalho, em plena articulação e respeito pela autonomia da Juventude Socialista, serão convocadas todas as gerações de socialistas, pois apenas será

possível melhorar a organização interna se encarmos a esfera partidária como um espaço verdadeiramente diverso e transversal a todas as gerações.

A modernização da Federação Distrital do Porto obriga a uma aposta firme e estruturada na **formação política**. Adotar no espetro político modelos bem-sucedidos de formação, de que são exemplo as academias partidárias, constitui uma prioridade para os próximos dois anos. Ainda no campo da valorização da militância, por forma a assegurar uma correta integração de todos os que aderem mais recentemente ao Partido Socialista, daremos um incentivo claro à realização de **sessões de acolhimento de novos militantes** por parte das estruturas territoriais e setoriais. Estes mecanismos de abertura e inclusão reforçarão o sentimento de identificação partidária e permitirão uma melhor compreensão do nosso modelo de funcionamento, com espírito de abertura para que se otimizem os procedimentos internos.

É ainda vital para a modernização partidária que a forma como comunicamos melhore consideravelmente. Apesar dos reconhecidos avanços, a comunicação terá obrigatoriamente de ser mais eficiente e inovadora, assim como acompanhada por uma imagem e ferramentas de apoio atrativas e coerentes com as melhores práticas neste domínio. Para que os **veículos de transmissão** da nossa mensagem política sejam mais eficazes, precisamos de uma interação reforçada no mundo das redes sociais, onde o Partido Socialista deve afirmar continuamente a sua atividade e promover as suas iniciativas.

Com o objetivo de capacitar os militantes e as suas estruturas, a Federação Distrital do Porto revigorará um dos instrumentos mais úteis para esse efeito, o **Gabinete de Estudos**, de modo a elaborar propostas e argumentários políticos que contribuam para a difusão da sua mensagem e, no contexto do distrito, das causas regionais que ambicionamos e defendemos. O Gabinete de Estudos deverá funcionar numa lógica de cooperação com os órgãos federativos, contribuindo para o desenvolvimento de iniciativas de formação política e para a reflexão sobre os grandes temas da atualidade em que a Federação Distrital do Porto mantenha uma intervenção de destaque ao longo dos próximos dois anos.

No que diz respeito à interação com os **eleitos socialistas**, importa estreitar a articulação com os deputados à Assembleia da República e os deputados ao Parlamento Europeu, sem esquecer os eleitos no âmbito das eleições autárquicas decorridas em 2017, em todos os órgãos do Poder Local.

Incentivaremos uma cultura de **prestação de contas** nas diferentes esferas do partido, apoiando o exercício dos mandatos, em particular, nas autarquias onde o Partido Socialista desempenha funções de oposição. O suporte da Federação Distrital do Porto aos seus eleitos, nos diversos patamares, reforçará o capital de ação e credibilidade, assim como ajudará ao estabelecimento de uma relação de proximidade com os cidadãos.

É imperioso modernizar o Partido Socialista e a Federação Distrital do Porto ambiciona liderar essa mudança, dando o exemplo no contexto nacional.

Nos próximos dois anos, valorizaremos ainda mais as estruturas do Partido Socialista, das secções territoriais às concelhias, sem esquecer as secções de âmbito setorial. Propomo-nos, nesse sentido, organizar anualmente o Fórum das Estruturas Setoriais, para melhor conhecer e projetar o trabalho desenvolvido por estas secções da maior utilidade na

orgânica do partido. Simplificaremos os **processos administrativos** e libertaremos mais tempo para a ação política concreta, no terreno, em integral respeito pelos Estatutos. E pugnaremos ainda por um maior **equilíbrio de género** na participação política.

É imperioso modernizar o Partido Socialista e a Federação Distrital do Porto ambiciona liderar essa mudança, dando o exemplo no contexto nacional. A **interface** com os militantes e as diferentes estruturas do universo socialista precisa de ser repensada e melhorada, dando continuidade aos avanços positivos que foram alcançados no mandato cessante.

6. Mobilização da sociedade

O Partido Socialista desempenha hoje especiais responsabilidades no país e no distrito do Porto. Devemos, por isso, ser especialmente exigentes em relação à forma como nos organizamos, como nos relacionamos com os militantes, com os cidadãos e com as instituições. Se é verdade que temos vindo a melhorar a nossa ligação à sociedade, é verdade também que este processo pode e deve ser aprofundado numa lógica de melhoria contínua. Fomos o primeiro partido a proporcionar a todos os portugueses a possibilidade de escolha do candidato a primeiro-ministro através de eleições primárias, mas a desconfiança crescente de muitos cidadãos relativamente

Teremos em consideração uma atitude franca e aberta à participação de todos, estimulando um contacto permanente com as forças vivas do distrito.

às **formas de participação cívica e política mais tradicionais** não deixa a Federação Distrital do Porto indiferente.

Teremos em consideração uma atitude franca e aberta à participação de todos, estimulando um contacto permanente com as **forças vivas do distrito**. Queremos impulsionar

a participação pública, o que obriga a uma visão, por vezes, menos centrada no modelo hierárquico do partido e mais centrada na articulação de iniciativas com organizações relevantes nos planos distrital, regional e nacional. A abertura à sociedade não é, porém, contrária à valorização da militância: é do cruzamento de ambas as dimensões que se afirmará uma estrutura partidária mais forte e capaz, assim como mais focada nas legítimas aspirações dos cidadãos e, desse modo, mais preparada para encontrar as melhores respostas.

Na interação entre o Partido Socialista e a sociedade impõe-se o aprofundamento da nossa ligação à academia, aos movimentos sociais, à esfera laboral e, muito particularmente, aos sindicatos. Pretendemos valorizar o diálogo com os movimentos sociais, cujo papel crescente na participação dos cidadãos deve ser reconhecido, e assim promover e dar voz a um conjunto alargado de **causas e preocupações**. A Federação Distrital do Porto do PS deve dedicar uma especial atenção ao mundo do trabalho, campo da maior importância para o combate político e, acima de tudo, para a melhoria da condição de vida dos cidadãos. Defendemos a autonomia do movimento sindical face aos partidos, mas incentivaremos a participação dos socialistas no combate à precariedade e na valorização do trabalho, em todas as dimensões. Entendemos que a afirmação dos sindicatos tem uma correlação positiva com a vitalidade da democracia e a defesa da igualdade de oportunidades, pelo que aprofundaremos as **pontes de interação** com as correntes sindicais socialistas e os seus principais protagonistas no distrito. Por sua vez, as sociedades contemporâneas reconhecem no associativismo um papel crescente na dinamização dos tecidos sociais, designadamente na promoção cultural e empresarial, na prática desportiva e nos espaços de formação e crescimento das novas gerações. Promoveremos encontros periódicos com associações e instituições da sociedade civil, agentes legítimos da representação social dos cidadãos, numa dinâmica de auscultação e cooperação permanentes.

A organização de iniciativas fora de portas, convidando diversos atores da sociedade civil, assim como a participação em debates e eventos promovidos por outras instituições, contribuirão para esta **plataforma de cidadania** que a Federação Distrital do Porto ambiciona ser, mobilizando setores complementares da sociedade. Uma lógica de cooperação e participação recíproca em iniciativas aproximará a nossa estrutura dos cidadãos, num esforço honesto de abertura, contribuindo para a criação de uma relação de simbiose entre as esferas cívica e partidária e qualificando, desse modo, o próprio regime democrático.

7. O Porto e o Norte nas eleições europeias

O primeiro semestre de 2019 será marcado pela realização de eleições para o Parlamento Europeu. Os cidadãos dos diferentes Estados-membro da União Europeia serão novamente chamados a eleger um Parlamento em Estrasburgo e, por essa via, participarão na escolha do próximo presidente da Comissão Europeia. Para a Federação Distrital do Porto, será um momento especialmente propício para aprofundar a sua **vocação europeísta**, através de uma participação mobilizada da estrutura no relevante debate sobre os múltiplos desafios europeus com os quais nos confrontamos.

A Europa e os seus ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade necessitam urgentemente de ser resgatados.

O atual contexto político, económico e social da União Europeia continua a ser desfavorável para as ainda maioritárias correntes políticas europeístas do Velho Continente. O mandato europeu que terminará no ano de 2019 ficará invariavelmente marcado pela vitória do Brexit no referendo britânico. Mas

ficará também marcado, certamente de forma ainda mais intensa, pelos terríveis e sucessivos naufrágios no Mar Mediterrâneo, onde milhares de pessoas perderam a vida em busca do designado sonho europeu, bem como pelos bárbaros atentados terroristas em Paris, Bruxelas, Nice, Berlim, Manchester, Londres e Barcelona. A presente legislatura europeia foi igualmente testemunha de uma alteração na relação existente entre **parceiros europeus**, substituída que foi pela inaceitável correlação de forças entre Estados credores e Estados devedores no seio da União, situação que está agora a alterar-se, também com importante intervenção do governo português.

A Europa e os seus ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade necessitam urgentemente de ser resgatados. A maioria de esquerda na Assembleia da República e o governo do Partido Socialista têm contribuído decisivamente para esse esforço de recuperação do vigor do projeto europeu, por intermédio da execução de um programa político de mudança. Portugal encontra-se atualmente numa rota de desenvolvimento económico sustentável e em convergência com os restantes países europeus. A eleição de Mário Centeno para a presidência do Eurogrupo é manifestação inequívoca do reconhecimento europeu do sucesso da governação portuguesa.

No entanto, não só pelos bons modelos de governação alternativa se resgatará a União Europeia e a confiança popular nos benefícios da integração. Será imperioso promover um debate sério em torno de temas como os da reforma da moeda única, da regulação financeira e bancária, da convergência económica e da coesão territorial, da fiscalidade europeia, da sustentabilidade ecológica e ambiental, da inovação e desenvolvimento e dos direitos à privacidade, da proteção dos trabalhadores, da garantia do Estado Social Europeu e da economia social de mercado, bem como do aprofundamento da política externa e de segurança comum europeia. A Federação Distrital do Porto não faltará a estas discussões, com a convicção de que apenas através da **integração europeia** poderemos assegurar paz, democracia, justiça social e prosperidade na Europa.

O papel fundamental que o Partido Socialista desempenha no distrito do Porto obriga-o a refletir também sobre a inserção da região Norte na mais vasta **Euro-região Galiza – Norte de Portugal**. A Galiza e o Norte de Portugal, com fortes tradições agrícolas, piscícolas e industriais, partilham velhos laços linguísticos, culturais e religiosos. As duas regiões encontram-se igualmente ligadas, no momento presente, por idênticos desafios às crises experimentadas pelas suas estruturas económicas e sociais. Desta forma, será fundamental potenciar a criação de uma estratégia política concertada e articulada entre as diversas estruturas de poder local e regional, tendo em vista a construção de uma agenda de desenvolvimento renovada para toda a Euro região e para os seus mais de seis milhões de habitantes. Neste âmbito, consideramos que a Área Metropolitana do Porto tem especiais condições para poder liderar esta **nova estratégia de desenvolvimento económico**, potenciando o Porto de Leixões e a qualidade superior do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, infraestruturas únicas no contexto deste espaço geográfico alargado. Para além do mais, no que à inserção europeia da Área Metropolitana do Porto diz respeito, defenderemos a criação, em Bruxelas, de uma representação externa permanente, através da qual se assegure

uma participação ativa nos processos decisórios das instituições europeias e se potencie, assim, uma distribuição mais equitativa dos fundos europeus de coesão e oportunidades de investimento e de criação de emprego.

A Federação Distrital do Porto, no seguimento do resultado das eleições autárquicas de 2017, assume o objetivo de fazer do Partido Socialista a **principal força política** no distrito nas próximas eleições europeias de 2019, contribuindo desta forma para a vitória nacional do Partido Socialista com um resultado inequívoco nesse determinante escrutínio. Defenderemos, por isso, o distrito e as suas populações, pugnando por uma estrutura federativa que seja parte integrante e audível de um diálogo alargado que permita reconstruir, com a âncora dos socialistas dos diferentes Estados-membro, o vigor e a confiança no projeto europeu.

8. O Porto e o Norte nas eleições legislativas

O ano de 2019, com a realização das próximas eleições legislativas, representará um momento de **renovação democrática** do vínculo político inalienável que une cidadãos eleitores e eleitos. A presente legislatura, como anteriormente referido, permitiu a criação de uma solução parlamentar inovadora com inegáveis benefícios para a vida de todos os portugueses. Na verdade, o governo do Partido Socialista, liderado pelo secretário-geral António Costa e apoiado na Assembleia da República por uma robusta maioria de esquerda, demonstrou ser possível e desejável apostar no reforço dos direitos sociais, na devolução de rendimentos, no combate ao endémico centralismo português e no estabelecimento sólido das bases para uma economia em franco crescimento e em convergência com os nossos parceiros europeus. A atual linha política permitiu, assim, ao contrário do propagado mito da austeridade expansionista, retomar o caminho do crescimento económico, reduzir o desemprego, promover a coesão territorial, equilibrar as contas públicas e começar, finalmente, a reduzir a dívida e o duro fardo que ela ainda representa para o nosso país.

Esta é uma herança da qual nos orgulhamos e que pretendemos defender, mas esta é igualmente uma herança que em muito nos responsabiliza. A este percurso comum e ao que ele representa perante a sociedade portuguesa temos, ademais, que somar **novas responsabilidades**, que advêm da circunstância de o Partido Socialista ser atualmente o maior partido autárquico do distrito do Porto. É, portanto,

É, portanto, para nós que os nossos concidadãos olham em busca de respostas para os seus legítimos anseios e expectativas. Não lhes podemos faltar.

para nós que os nossos concidadãos olham em busca de respostas para os seus legítimos anseios e expectativas. Não lhes podemos faltar. Temos a missão histórica de liderar o Norte num período em que um novo modelo de governança estará no centro da agenda política.

Aqueles que, pelo Partido Socialista, forem os escolhidos para se apresentar às próximas eleições legislativas terão a responsabilidade de contribuir decisivamente para a construção de uma agenda para o **desenvolvimento integrado** da região Norte, da Área Metropolitana do Porto e da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, um dos objetivos basilares que nos propomos cumprir. Nesse sentido, a reprogramação do atual quadro comunitário de apoio e a preparação da agenda Portugal 2030 constituem matérias de importância capital, sendo indispensável a discussão em torno de soluções definitivas para os históricos problemas com os quais o distrito do Porto se confronta.

De igual modo, aqueles que às eleições à Assembleia da República se apresentarem deverão participar ativamente no processo político de descentralização e de defesa da instituição das regiões administrativas. Na Federação Distrital do Porto, mantemos intactas as nossas **convicções regionalistas**. Como sublinhado anteriormente, Portugal seria um país diferente, e seria um país melhor, mais justo, mais inclusivo e mais desenvolvido com a regionalização. Não desistiremos, como tal, desse crucial combate pelo direito a um desenvolvimento justo, equitativo e harmonioso.

O cumprimento dos novos horizontes políticos a que nos propomos só será verdadeiramente alcançado se formos capazes de, por um lado, mobilizar a nossa estrutura distrital em torno desses objetivos e, por outro lado, construir uma imagem de credibilidade diante dos nossos concidadãos, através da prestação rigorosa de contas pelo exercício dos mandatos em curso. Os nossos candidatos às próximas eleições legislativas terão de representar, no seu conjunto, a diversidade das **comunidades territoriais** que conformam o distrito. Procuraremos favorecer um **maior equilíbrio em razão do género**, assim como um **rejuvenescimento** sustentável, e de igual modo assumimos o compromisso de que a nossa lista de candidatos

representará amplos setores sociais, económicos e culturais da sociedade.

A Federação Distrital do Porto defenderá convictamente o legado da governação socialista. Mas estará preparada, igualmente, para **defender o distrito e as populações** que aqui moram, aqui trabalham e aqui estudam. Adotaremos um discurso claro sobre as prioridades de investimento e os compromissos que queremos celebrar com os eleitores, para que possamos ser escrutinados e com isso reforçar a confiança no Partido Socialista e nas instituições democráticas.

Assumimos o objetivo de alcançar uma votação superior às do PSD e CDS, somadas, no distrito do Porto, contribuindo decisivamente para uma **grande vitória nacional** do Partido Socialista, renovadora da esperança no futuro da região Norte e no futuro de Portugal.

O Coordenador da Moção:



João Torres

1º Subscritor da Moção:



Manuel Pizarro

